OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

CIVITAS
Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 26: 1-13, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1984-7289 | ISSN-L: 1519-6089

DOSSIÊ: O PAPEL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO DEBATE PÚBLICO SOBRE RAÇA NO BRASIL

Os espectros do povo: raça e gramática negra da política brasileira

The specters of the people: race and the black grammar of brazilian politics

Los espectros del pueblo: raza y la gramática negra de la política brasileña

Carla Beatriz Rosário dos Santos[1]
orcid.org/0000-0001-9677-7188
carla@igeni.org.br

Enviado em: 13 abr. 2025
Aprovado em: 01 dez. 2025
Publicado em: 22 maio. 2026.

Resumo: Este artigo adota uma abordagem teórico-analítica e histórico-comparativa, baseada em revisão bibliográfica e análise crítica de autores clássicos e intelectuais negros brasileiros. O objetivo é demonstrar como as categorias de fascismo, autoritarismo e populismo, quando relidas sob a centralidade da raça, revelam as bases estruturais da exclusão democrática e da continuidade autoritária no Brasil. Argumenta-se que a Ciência Política moderna negligenciou as contribuições de intelectuais negros e negras na formulação desses conceitos, restringindo a compreensão das relações entre democracia e racialização. Ao articular a teoria política canônica – representada por Laclau, Mouffe e Rosanvallon – com a crítica racial de Clóvis Moura, Paul Gilroy, Stuart Hall e Petrônio Domingues, o artigo propõe uma leitura racializada das categorias de povo, representação e soberania popular, evidenciando como as hierarquias raciais moldaram o imaginário político nacional. A partir desse *corpus*, o campo de relações raciais se consolida não apenas como objeto de análise, mas como lugar de produção de teoria política, cujos conceitos e práticas desafiam o universalismo racialmente neutro das Ciências Sociais brasileiras. Por fim, reivindica-se a existência de uma gramática negra da política brasileira, como chave teórica para compreender e reimaginar a democracia em sociedades marcadas pelo racismo estrutural.

Palavras-chave: Pensamento político negro. Democracia racial. Autoritarismo. Populismo. Teoria política brasileira.

Abstract: This article adopts a theoretical-analytical and historical-comparative approach based on a bibliographic review and critical analysis of classical authors and Black Brazilian intellectuals. It aims to demonstrate how the categories of fascism, authoritarianism, and populism, when reread through the centrality of race, reveal the structural foundations of democratic exclusion and authoritarian continuity in Brazil. It argues that modern Political Science has neglected the contributions of Black intellectuals in shaping these concepts, limiting the understanding of the relationship between democracy and racialization. By articulating canonical political theory – represented by Laclau, Mouffe, and Rosanvallon – with the racial critique developed by Clóvis Moura, Paul Gilroy, Stuart Hall, and Petrônio Domingues, the article proposes a racialized reading of the categories of people, representation, and popular sovereignty, showing how racial hierarchies have shaped Brazil's political imagination. From this corpus, the field of racial relations emerges not only as an object of analysis but as a site of political theory production, whose concepts and practices challenge the racially neutral universalism of Brazilian Social Sciences. Finally, it argues for the existence of a Black grammar of Brazilian politics as a theoretical key to understanding and reimagining democracy in societies marked by structural racism.

Keywords: Black political thought. Racial democracy. Authoritarianism. Populism. Brazilian political theory.

Resumen: Este artículo adopta un enfoque teórico-analítico e histórico-comparativo, basado en una revisión bibliográfica y en el análisis crítico de autores clásicos e intelectuales negros brasileños. Su objetivo es demostrar cómo las

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

[1] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),Belo Horizonte, MG, Brasil.

categorías de fascismo, autoritarismo y populismo, al ser releídas desde la centralidad de la raza, revelan las bases estructurales de la exclusión democrática y de la continuidad autoritaria en Brasil. Se sostiene que la Ciencia Política moderna ha descuidado las contribuciones de intelectuales negros y negras en la formulación de estos conceptos, limitando la comprensión de las relaciones entre democracia y racialización. Al articular la teoría política canónica –representada por Laclau, Mouffe y Rosanvallon– con la crítica racial desarrollada por Clóvis Moura, Paul Gilroy, Stuart Hall y Petrônio Domingues, el artículo propone una lectura racializada de las categorías de pueblo, representación y soberanía popular, mostrando cómo las jerarquías raciales moldearon el imaginario político nacional. A partir de este corpus, el campo de las relaciones raciales se consolida no solo como objeto de análisis, sino como espacio de producción de teoría política, cuyos conceptos y prácticas desafían el universalismo racialmente neutro de las Ciencias Sociales brasileñas. Finalmente, se reivindica la existencia de una gramática negra de la política brasileña como clave teórica para comprender y reimaginar la democracia en sociedades marcadas por el racismo estructural.

Palabras clave: Pensamiento político negro. Democracia racial. Autoritarismo. Populismo. Teoría política brasileña.

Introdução

Nas últimas décadas, a ascensão de discursos autoritários e a persistência do racismo estrutural têm reativado os debates sobre os limites da democracia brasileira. Se a democracia se apresenta como promessa de igualdade, por que as hierarquias raciais permanecem tão resistentes em seu interior? Essa tensão entre o ideal democrático e a realidade racial evidencia o quanto o projeto democrático brasileiro continua assentado em bases seletivas de cidadania.

Essa contradição revela um problema persistente no pensamento político brasileiro: a dificuldade de reconhecer a raça como elemento constitutivo e não apenas derivado da democracia. Desde a formação das Ciências Sociais no país, as categorias de povo, nação e cidadania foram construídas a partir de uma suposta universalidade que, na prática, excluiu a população negra do horizonte de igualdade. A teoria política, no Brasil, ao privilegiar abordagens institucionais e normativas da democracia, negligenciou as dimensões históricas e raciais que sustentam sua arquitetura social. É dessa ausência que emerge o argumento central deste artigo: o racismo não representa uma anomalia dentro da democracia brasileira, mas uma de suas condições de possibilidade.

Assim, o problema que orienta este artigo é a ausência sistemática da variável racial na teoria política brasileira, o que limita a compreensão das categorias que estruturam o pensamento democrático. Ao ignorar o peso da variável racial na formação da política e na construção dos conceitos centrais da teoria democrática, termos modernos como "fascismo", "autoritarismo" e "populismo", amplamente mobilizados para descrever fenômenos políticos nacionais, raramente são analisados à luz da racialização do povo, da nação e da cidadania da população brasileira. Essa lacuna epistemológica tem como consequência a marginalização das contribuições de intelectuais negros e negras, especialmente as mulheres, cujas formulações teóricas desafiaram os consensos sobre democracia, representação e cidadania.

A partir dessa perspectiva, a hipótese central deste artigo é que a persistente ausência da questão racial na teoria política brasileira não é um mero vazio analítico, mas um elemento estruturante da própria concepção de democracia. Ao invisibilizar a racialidade como dimensão constitutiva que orienta o pensamento político nacional, as Ciências Sociais, de modo geral, contribuíram para sustentar uma ideia abstrata de cidadania que, na prática, exclui a população negra como sujeitos políticos plenos.

Metodologia

O artigo adota uma abordagem teórico-analítica e histórico-comparativa, baseada em revisão bibliográfica e análise crítica de autores clássicos da teoria política, como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Pierre Rosanvallon, em diálogo com intelectuais do pensamento negro, como Clóvis Moura, Paul Gilroy, Stuart Hall e Petrônio Domingues. O artigo mobiliza, ainda, um conjunto de obras e experiências políticas negras que permitem observar como a gramática da política no Brasil foi construída por exclusões e resistências racializadas.

O objetivo do artigo é, portanto, reconhecer

o campo de relações raciais como um núcleo produtor de teoria política, capaz de desestabilizar a narrativa universalista e racialmente neutra da Ciência Política tradicional. Especificamente, busca-se demonstrar como as obras e práticas de intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus, oferecem chaves epistêmicas para reinterpretar as categorias políticas e compreender as permanências autoritárias que atravessam a democracia brasileira.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda apresenta o campo de relações raciais como deslocamento epistêmico nas Ciências Sociais brasileiras, estabelecendo a fundamentação teórica do estudo. A terceira seção desenvolve o referencial conceitual e analítico, problematizando e racializando a política a partir da ideia de povo e democracia, bem como contrapondo as formulações abstratas da teoria política tradicional às epistemologias negras. A quarta discute o fascismo, o autoritarismo e o populismo à luz das relações raciais no Brasil, propriamente destacando como esses conceitos são reconfigurados quando é possível acionar a crítica negra. A quinta seção apresenta os resultados e a discussão ampliada, centrados na noção de gramática negra da política brasileira, uma espécie de linguagem teórica e prática proposta que busca redefinir os sentidos da democracia. Por fim, nas considerações finais, argumenta-se que as categorias centrais da teoria política só podem ser plenamente compreendidas quando a raça é reconhecida como eixo constitutivo, e não periférico, da experiência democrática.

Fundamentação teórica: raça como ausência estruturante da teoria política

Para compreender como a racialização estrutura a teoria política, é preciso situar o campo de relações raciais no espaço fundacional das Ciências Sociais brasileiras. O campo de estudos de relações raciais no Brasil é tão antigo quanto as próprias Ciências Sociais no país. Desde o século 19, intelectuais disputam interpretações sobre a formação nacional e o lugar da população negra na constituição da sociedade brasileira. Inicialmente marcado pela recepção local das teorias racialistas europeias, o debate foi sendo questionado aos poucos por interpretações que buscavam compreender a mestiçagem e o racismo como parte estrutural do processo de construção da nação (Campos e Machado 2022).

Ainda que grande parte da literatura tenha reiterado uma leitura hierárquica entre brancos, negros e indígenas, como expõe Lilia Schwarcz (1993) ao tratar do darwinismo social e do evolucionismo racial como ferramentas de "aperfeiçoamento da raça", outras perspectivas insurgiram para deslocar essa narrativa. No século 20, o mito da democracia racial emergiu como estratégia ideológica de apagamento do racismo, consolidando um discurso nacional que negava as desigualdades e a exclusão sistemática da população negra (Guimarães 1999).

É nesse contexto que intelectuais negras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento promoveram um giro epistêmico radical na forma de pensar a política, a cultura e a própria produção de conhecimento no Brasil. Embora suas principais obras tenham sido elaboradas entre as décadas de 1970 e 1990, suas formulações seguem sendo referenciais teóricos centrais para compreender as fronteiras raciais da democracia e o papel da experiência negra na construção de categorias políticas capazes de compreender fenômenos políticos.

Lélia Gonzalez, ao propor a noção de *amefricanidade*, rompeu com a separação moderna entre ciência e experiência, posicionando as mulheres negras como sujeitos de produção de conhecimento político e cultural nas Américas. Em suas palavras,

> [...] a categoria político-cultural de amefricanidade refere-se ao processo histórico de resistência, de reinterpretação e de criação que caracteriza a existência dos povos africanos e afrodescendentes neste continente (Gonzalez 1988, 70).

Ao formular essa categoria, Gonzalez desestabiliza o universalismo eurocêntrico que sustentou a teoria política brasileira, evidenciando

que o sujeito da política não é abstrato, mas situado racial e culturalmente. Sua intervenção, portanto, inaugura um paradigma amefricano na teoria social, no qual a experiência negra se torna uma fonte legítima de elaboração teórica sobre democracia, cidadania e estado.

Beatriz Nascimento, por sua vez, desloca o centro da reflexão política ao conceber a diáspora negra como um território simbólico e político. Em seus ensaios e roteiros cinematográficos, o quilombo aparece não apenas como herança histórica, mas como metáfora contemporânea de organização social e horizonte de liberdade. Como afirma Beatriz Nascimento (2006, 85), "o quilombo é um território construído pela necessidade de liberdade; um espaço político onde o sujeito negro reconstrói a si mesmo". Essa formulação rompe com a narrativa que confina o quilombo ao passado e o reinscreve como conceito político de resistência e reinvenção comunitária. Assim, Nascimento redefine a ideia de povo e nação, introduzindo uma geopolítica da diáspora que reposiciona a experiência negra como fundamento da democracia e não como sua ausência.

Ao tensionar os limites da teoria política dominante, Gonzalez e Nascimento denunciaram o epistemicídio racial nas Ciências Sociais brasileiras. Igualmente, abriram caminhos alternativos para compreender o político como campo de disputa de significados e de memórias. Ambas as contribuições são contemporâneas no tempo cronológico e permanecem atuais por sustentarem um projeto teórico e ético de refundação da democracia desde as margens raciais e epistêmicas do Brasil.

Em interação com essas contribuições, a obra de Clóvis Moura estabelece um referencial essencial para a análise da formação política brasileira, considerando a luta de classes em uma perspectiva racializada. Em *Rebeliões da Senzala*, Moura (2010, 25) defende que os povos africanos escravizados no Brasil criaram formas persistentes de resistência e articulação política, como os quilombos, revoltas urbanas e outras manifestações de rebelião coletiva, as quais ele caracteriza como "rebeliões sociais objetivas", ou seja, manifestações políticas contra um sistema baseado na exploração racial e de classe. De acordo com o autor, essas oposições não foram isoladas e passageiras, mas fundamentais para a própria estrutura da dinâmica social no Brasil. No trabalho *Sociologia do negro brasileiro*, Moura (1988, 22-23) desenvolve uma crítica aprofundada à noção de passividade atribuída à população negra na história, evidenciando a continuidade de um fenômeno denominado "escravidão moderna" no período pós-abolição, caracterizada pela marginalização política, pelo controle penal e pelo genocídio simbólico do povo negro.

Moura move a atenção da análise política brasileira dos acordos institucionais para a esfera dos conflitos sociais e raciais ao restabelecer a importância da insurreição negra, evidenciando o racismo como um componente essencial e não apenas acessório da ordem democrática. Desse modo, a democracia, em sua interpretação, não se mantém sem a exclusão sistemática da população negra. A produção do intelectual reconfigura a noção de povo, reivindicando as lutas da população negra como elementos constitutivos da democracia brasileira, ao invés de meras reações ou solicitações por inclusão. Dessa forma, Moura prenuncia uma crítica fundamental à teoria política que continua a ser negligenciada: a de que a democracia não pode existir sem que haja uma confrontação do racismo enquanto sistema de dominação.

Em continuidade a essas formulações, Carolina Maria de Jesus acrescenta à crítica racial da teoria política uma dimensão existencial e linguística da democracia. Em *Quarto de despejo* (Jesus 1960), sua escrita de si se converte em escrita política, transformando o cotidiano da fome e da exclusão em denúncia pública das contradições da cidadania brasileira. Ao registrar: "O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome" (Jesus 1960, 47), Carolina afirma o lugar da experiência marginalizada como fonte legítima de interpretação do político. A obra da autora não se limita ao testemunho social: ela formula uma concepção de democracia a partir

da escassez e do abandono, revelando como as promessas de igualdade se esgotam nas fronteiras raciais e de classe. Carolina propõe, assim, uma epistemologia da vivência que desloca a ideia de participação política para o terreno da sobrevivência, o que pode ser compreendido como uma política do cotidiano que reconfigura os sentidos de povo e de nação.

A incorporação de Gonzalez, Nascimento, Moura e Jesus nesse debate evidencia que o pensamento político negro brasileiro não opera apenas como crítica à exclusão racial, mas como produção ativa de teoria. As inúmeras obras, distintas em forma e temporalidade, convergem na mesma inflexão: reconhecer que as categorias centrais da teoria política, como democracia, povo, cidadania e liberdade, foram historicamente construídas sobre a negação da experiência negra. É nesse movimento de deslocamento epistêmico que se funda a possibilidade de uma leitura realmente antirracista da democracia brasileira.

Somada a essa necessidade de trazer o elemento racial para o centro de leitura e ativismo antirracista do sistema democrático brasileiro, Petrônio Domingues também é um intelectual que tem desempenhado um papel fundamental ao destacar a importância dos negros em diversos períodos da história política do Brasil, embora frequentemente marginalizados pelas narrativas oficiais. Em publicações como *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos* (Domingues 2007) e *Estilo avatar: o populismo no meio afro-brasileiro* (Domingues 2018), o autor desconstrói a representação de passividade atribuída à população negra, evidenciando como indivíduos e organizações negras elaboraram estratégias políticas autônomas em contextos permeados pelo racismo institucional.

Domingues rememora as experiências da Frente Negra Brasileira, nos anos 1930, e da Ala Negra Progressista, nas décadas de 1940 e 1950, ressaltando que a população negra não apenas respondeu à exclusão, mas também desenvolveu projetos políticos autônomos, dotados de linguagem, pautas e estruturas organizativas singulares. Ao examinar o caso de Nestor Macedo, uma figura proeminente da Ala Negra Progressista (ANP), Domingues expõe como o conceito de populismo no Brasil já nasce, por definição, de forma racializada ao ser negativamente vinculado à mobilização política da população negra pelas elites negras. Assim, a pesquisa de Domingues demonstra de que maneira o populismo, nesse cenário, transforma-se de uma qualidade, a representação das reivindicações populares, em uma "maldição" associada à perigosa possibilidade de insubordinação racial.

Ao evocar essas vivências históricas, o autor registra a prática política da população negra e sugere uma nova interpretação das noções de povo, populismo e democracia, a partir dos aspectos menos visíveis da narrativa histórica oficial. O seu trabalho consiste em uma análise que reposiciona a população negra para além do estereótipo de beneficiária de políticas, mas também como um agente fundamentalmente ativo na criação de conceitos e práticas democráticas.

Nesse sentido, se Gonzalez e Nascimento operam o giro epistêmico e Moura e Carolina revelam a estrutura e a experiência da exclusão democrática, é possível identificar em Petrônio Domingues a prática política negra em ação, articulando história e teoria, o que reforça a legitimidade do campo de relações raciais como núcleo produtor de teoria política. O trabalho de Domingues contribui, assim, para o mesmo movimento teórico presente em Gonzalez, Nascimento, Moura e Carolina Maria de Jesus: o de reinscrever a experiência negra como lugar de formulação política. A partir desse *corpus*, o campo de relações raciais se consolida não apenas como objeto de análise, mas como lugar de produção de teoria política, cujos conceitos e práticas desafiam o universalismo racialmente neutro das Ciências Sociais brasileiras.

Juntas, essas vozes formam um espaço que, em vez de interagir exclusivamente com as Ciências Sociais, provoca e desafia o cânone desse domínio. Trata-se de uma produção teórico-política que considera a raça uma variável explicativa secundária, além de constituir uma categoria essencial para a análise política no Brasil. Dessa

forma, torna-se imprescindível para a compreensão de conceitos como fascismo, autoritarismo e populismo. Esse deslocamento epistêmico constitui uma condição necessária para que a área das Ciências Sociais consiga efetivamente se reposicionar no discurso público acerca da questão racial no Brasil.

Em suma, as contribuições de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Carolina Maria de Jesus e Petrônio Domingues permitem compreender que o pensamento político negro não atua apenas como crítica à exclusão racial, mas como uma teoria capaz de reordenar o próprio vocabulário da política. Ao deslocar as fronteiras do conhecimento produzido nas Ciências Sociais brasileiras, essas autorias introduzem novas gramáticas para pensar o povo, o fascismo, o autoritarismo, a democracia e o estado. É a partir dessas inflexões que se torna possível avançar para uma análise conceitual das categorias centrais deste artigo – como povo, fascismo, autoritarismo, populismo e racialização da política – e examinar de que modo elas foram historicamente moldadas pela desigualdade racial.

Referencial conceitual e analítico: racialização da política

Na teoria política contemporânea, a democracia é entendida como um conceito em permanente disputa, definido menos por um modelo institucional fixo e mais por suas tensões e contradições internas. Este artigo parte de uma concepção pluralista de democracia, entendida como um regime de mediação e conflito entre diferentes sujeitos políticos (Urbinati 2006; Avritzer 2007). Nesse sentido, a democracia não se esgota nas formas representativas ou procedimentais: ela se realiza no embate entre projetos sociais que disputam a definição de quem é reconhecido como parte do "povo".

Autores como Pierre Rosanvallon (2020) enfatizam esse caráter simbólico da democracia ao descrever a centralidade do povo na construção da legitimidade política moderna. Para ele, mesmo as democracias liberais mais consolidadas dependem de uma imaginação coletiva sobre o "povo" e o "corpo político". Contudo, na maioria das formulações clássicas, a noção de povo aparece como categoria homogênea, desprovida de marcadores sociais ou tensionamentos históricos. A raça, em particular, raramente é considerada como elemento constitutivo da cidadania e das fronteiras democráticas. Assim, a promessa de igualdade democrática convive com a persistência de hierarquias raciais que definem quem tem direito à palavra e quem permanece à margem da representação.

O povo e suas fronteiras raciais

Na teoria política clássica, o conceito de povo constitui o núcleo simbólico e normativo da democracia. Mesmo quando distanciada das formas diretas de governo popular, a ideia de povo se apresenta como referencial de legitimidade. Margaret Canovan (2005) observa que até regimes aristocráticos precisam produzir a aparência de consentimento popular, o que mostra o caráter ambíguo do termo: o povo é sempre invocado, mas raramente interrogado.

No contexto brasileiro, as fronteiras raciais dessa categoria se tornam evidentes. Oliveira Vianna (1959), ao interpretar a formação nacional, concebia as massas negras e mestiças como incapazes de exercer racionalmente a cidadania, ecoando as Teorias das Elites europeias e naturalizando um projeto de exclusão racial na formulação do estado moderno. Essa herança intelectual consolidou uma leitura da democracia que, ao mesmo tempo em que proclama a igualdade formal, restringe o pertencimento político por critérios raciais e culturais.

A crítica a essa tradição é retomada por intelectuais como Paul Gilroy (2001) e Stuart Hall (1992), que desestabilizam a pretensa universalidade da ideia de povo. Gilroy propõe pensar a diáspora como um projeto político-cultural que reivindica o reconhecimento de povos historicamente subalternizados e racializados. A ideia de povo que emerge da experiência diaspórica não se limita ao estado-nação: ela se forma a partir da violência do colonialismo e da escravidão, exigindo outra gramática política. Nas palavras do autor,

trata-se de uma modernidade negra forjada nas travessias, nas lutas e nas práticas culturais que desafiam identidades fixas e projetos nacionais homogêneos.

De modo complementar, Stuart Hall demonstra como o liberalismo produziu uma metanarrativa de valores universais que serviu para desautorizar projetos políticos não brancos. O povo das democracias liberais é, portanto, um constructo racializado, definido por exclusões estruturais que se apresentam como neutras.

A realidade brasileira oferece um terreno fértil para essa crítica. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999; 2021) identifica, entre as décadas de 1930 e 1970, um processo de institucionalização de valores e afetos oriundos das populações negras, articulados em torno do desejo de superação do estigma da escravidão e da construção de um imaginário mestiço e harmônico. Essa narrativa, ao mesmo tempo em que reconhece uma inserção simbólica da população negra na ideia de povo, também revela as contradições do mito da democracia racial.

A crítica racial à democracia brasileira tem sido elaborada por diferentes intelectuais e movimentos sociais. Desde a década de 1930, setores organizados de combate ao racismo contestam a ideia de democracia racial como um discurso arbitrário que encobre as relações autoritárias entre o estado e os setores explorados, majoritariamente a população negra. Essa arbitrariedade se expressa, por exemplo, nas práticas policiais violentas e seletivas, realizadas sob o amparo do estado, que negam na prática as liberdades garantidas pelo regime democrático (Movimento Negro Unificado [MNU] n.d.; Batista 2016).

Nesse campo, a contribuição de Beatriz Nascimento (2006) é particularmente relevante. Ao propor a ideia de uma nação negra construída em resistência ao projeto nacional excludente, Nascimento introduz a noção de povo negro como sujeito coletivo de transformação histórica. A diáspora negra, em sua obra, não é apenas efeito da violência, mas também espaço de afirmação política, identidade e memória.

Dessa forma, a expressão "povo" revela-se uma categoria polissêmica, disputada e profundamente racializada. O discurso político negro, assim formulado por autoras e autores como Guimarães, Nascimento, Hall e Gilroy, cumpre o papel de deslocar as definições tradicionais de povo, democracia e propriamente sua representação, ao mesmo tempo em que reivindica uma história política própria, construída pelas lutas da população negra no Brasil e nas Américas.

Gramática negra e contrateoria

A partir dessas reflexões, torna-se possível compreender que o pensamento político negro formula uma contrateoria da democracia: um campo teórico que denuncia as exclusões estruturais do sistema e propõe novas formas de entender a participação e a cidadania da população negra, que é majoritária no Brasil. Essa contrateoria emerge de práticas e saberes forjados nas margens, nos quilombos, nas associações culturais, nos movimentos sociais e na literatura, e propõe uma redefinição radical do político.

Ao reconhecer as epistemologias negras como produtoras de categorias analíticas legítimas, essa perspectiva amplia o horizonte da teoria política e incorpora experiências de resistência e insurgência como formas de ação democrática. O pensamento negro, nesse sentido, não busca ser incluído em uma democracia preexistente, mas refunda o próprio significado de democracia, deslocando-o da promessa abstrata de igualdade para a prática concreta da liberdade coletiva.

Discussão: fascismo, autoritarismo e populismo à luz das relações raciais no Brasil

O fascismo, conforme definido por Federico Finchelstein (2017, 21), opera historicamente como uma forma de conquista do poder baseada na violência e na produção de uma unidade nacional homogênea que rejeita a pluralidade e a dissidência. Trata-se de uma política da pureza, não apenas étnica, mas moral e cultural, que busca eliminar o conflito como princípio da vida democrática. Aqui já é perceptível a ideia racia-

lizada de nação: ainda que o fascismo brasileiro não tenha se constituído como uma ideologia explicitamente racializada, como o nazismo, ele incorporou o que Finchelstein (2017, 21) chama de "potencial racializador da política", isto é, a naturalização de hierarquias de pertencimento e exclusão sob o manto da unidade nacional.

No Brasil, esse componente racial do projeto de "nação" é visível desde o período pós-abolição. Petrônio Domingues (2007) mostra que a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931 representou uma das primeiras formas organizadas de resistência política negra ao projeto nacional excludente. Ao demandar uma "Segunda Abolição", a FNB denunciava a permanência das desigualdades e o caráter excludente da cidadania brasileira, elementos incompatíveis com o mito da democracia racial que se consolidava.

Assim, o "fascismo à brasileira" se caracteriza não por uma doutrina racial explícita, mas por um processo de homogeneização étnica e repressão das diferenças, no qual o ideal de mestiçagem funciona como disfarce para a negação da diversidade. A nação, enquanto unidade simbólica, foi construída sobre o silenciamento dos povos racializados, e é esse apagamento que o discurso político negro busca confrontar.

Autoritarismo e negação da diversidade

No campo da teoria política, Hannah Arendt (1972) distingue poder, autoridade e coerção, afirmando que a autoridade não é compatível com o uso da força: quando a coerção entra em cena, a autoridade se dissolve. Essa distinção permite compreender o autoritarismo não apenas como concentração de poder, mas como um regime que se estrutura pela negação do conflito social legítimo, da pluralidade e da representação.

No Brasil, os regimes autoritários do século 20, especialmente o Estado Novo e o regime civil-militar pós-1964, operaram sob essa lógica de apagamento da diversidade racial e política. Como aponta Clóvis Moura (2010), esses períodos não podem ser vistos apenas como rupturas democráticas, mas como expressões do racismo estrutural que funda o estado brasileiro. Durante a ditadura militar, *slogans* como "Brasil: ame-o ou deixe-o" e campanhas que exaltavam a mestiçagem reforçaram o ideal de uma nação sem conflito racial, legitimando o autoritarismo como guardião da harmonia nacional.

Nessa perspectiva, o autoritarismo brasileiro deve ser compreendido tanto como fenômeno institucional quanto como prática política racializada que naturaliza a exclusão e criminaliza a diferença. A autoridade que se pretende neutra, na realidade, se exerce sobre corpos marcados pela racialização. É nesse ponto que a crítica negra à democracia formal se torna indispensável para redefinir as categorias da teoria política a partir do Sul global e da experiência afro-brasileira.

Populismo e maldição racial do povo negro

O conceito de populismo é, talvez, o mais ambíguo e disputado da teoria política contemporânea. Ernesto Laclau (2013) o entende como uma lógica de articulação política que emerge quando demandas populares são desatendidas pelas formas institucionais tradicionais. Chantal Mouffe (2019) o propõe como instrumento de radicalização democrática, enquanto Pierre Rosanvallon (2020) o define como ideologia antagônica à democracia liberal e marcada por um déficit de representação institucional.

Contudo, essas interpretações raramente consideram o papel da racialização na construção das fronteiras entre o "povo" e a "elite". Tal como nas teorias elitistas de Pareto e Mosca, o populismo brasileiro construiu as massas negras como irracionais e ameaçadoras, um eco das hierarquias raciais transnacionais (Domingues 2018). No caso brasileiro, o populismo passou a ser associado negativamente às figuras negras e à cultura popular. O exemplo de Nestor Macedo e da Ala Negra Progressista (ANP), ativa entre 1948 e 1964, revela como o populismo negro foi estigmatizado pelas elites políticas e intelectuais. O programa da ANP, voltado a demandas concretas da população afro-brasileira (como saúde, educação e habitação), foi tachado de populista em seu sentido pejorativo: uma acusação de

demagogia racializada.

Essa estigmatização revela uma "maldição racial do populismo" no Brasil: quando o povo que reivindica representação é negro, sua demanda é imediatamente desqualificada como irracional, oportunista ou ameaçadora à ordem. Como sintetiza Domingues (2018), o populismo negro é percebido como "excessivo": povo demais, democracia demais, negro demais. Essa leitura racializada redefine o conceito de populismo e evidencia o limite da teoria política tradicional diante das experiências negras de participação e protagonismo político.

Em paralelo, a crítica de Stuart Hall (1992) ao universalismo liberal ajuda a compreender por que o populismo negro é lido como disfuncional: ele desafia o modelo de povo branco e ordeiro que sustenta o imaginário político dominante. Essa reação revela a dimensão disciplinar do racismo: espera-se dos setores não hegemônicos um comportamento de submissão e gratidão, e qualquer desvio à aceitação da ordem estabelecida é politicamente criminalizado. Nesse sentido, o populismo negro não representa uma degeneração da democracia, mas a radicalização de seu princípio igualitário e a insurgência de sujeitos historicamente interditados à representação, cuja participação desestabiliza os limites raciais da política brasileira.

A leitura desses três conceitos – fascismo, autoritarismo e populismo – à luz das relações raciais permite reconhecer que o racismo não é um desvio nem uma patologia de regimes específicos, mas uma lógica estruturante do próprio modo de funcionamento da democracia brasileira. As hierarquias raciais atravessam tanto as formas autoritárias de governo quanto as práticas democráticas, constituindo um *continuum* histórico de exclusão e controle. Em outras palavras, o racismo não é o oposto da democracia, mas um dos mecanismos que a sustentam.

Ao evidenciar esse padrão de racialização do político, a crítica negra desloca o foco da teoria clássica, centrada nas instituições e nas elites, para as práticas de resistência e insurgência que emergem das margens. Essa mudança de perspectiva permite compreender a democracia não apenas como regime, mas como campo de disputa simbólica, histórica e epistêmica. É nesse ponto que a contribuição das intelectuais negras se torna decisiva: ao formular novas linguagens e sentidos de pertencimento, elas constroem uma gramática negra da política brasileira, capaz de transformar o próprio horizonte da teoria democrática.

Resultados e discussão ampliada: a gramática negra da política brasileira

A partir desse deslocamento, torna-se possível compreender que as intelectuais negras brasileiras não apenas criticam as limitações da democracia, mas produzem uma teoria política própria, enraizada em experiências históricas e afetivas de exclusão, resistência e reconstrução coletiva. Essa produção, aqui denominada gramática negra da política brasileira, não se limita a reinterpretar categorias já existentes, como povo, estado ou cidadania, mas cria formas de nomear e compreender o político a partir das margens. Ao transformar a dor em método e a experiência em epistemologia, autoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus propõem uma reescrita do campo político que devolve à democracia sua dimensão de conflito, corporeidade e pertencimento racial.

As experiências históricas analisadas até aqui mostram que a crítica negra à política institucional é mais do que apenas um movimento de denúncia: é também uma produção de linguagem política. O campo de relações raciais no Brasil não se limitou a disputar espaços dentro da teoria política tradicional; ele forjou, ao longo do tempo, uma gramática própria, marcada pela experiência de exclusão e pela invenção de formas alternativas de luta, representação e imaginação política. Essa gramática negra se expressa tanto em projetos políticos organizados, como a Frente Negra Brasileira ou a Ala Negra Progressista, quanto em produções culturais, narrativas de resistência e atuações públicas que rompem com o cânone acadêmico e político.

Lélia Gonzalez: a amefricanidade como epistemologia política

Em Lélia Gonzalez, a formulação da *amefricanidade* constitui um marco de reconfiguração epistemológica e política. Ao propor uma categoria que articula a experiência afro-diaspórica no continente americano, Gonzalez rompe com a lógica eurocêntrica de produção de conhecimento e inscreve a mulher negra como sujeito epistêmico e político das Américas. Em suas palavras, "a categoria político-cultural de amefricanidade refere-se ao processo histórico de resistência, de reinterpretação e de criação que caracteriza a existência dos povos africanos e afrodescendentes neste continente" (Gonzalez 1988, 70). A *amefricanidade*, portanto, não é apenas uma identidade cultural, mas uma epistemologia política que denuncia a colonialidade do saber e propõe um novo lugar de fala na teoria política. A obra de Gonzalez reivindica um giro epistêmico que desloca o sujeito político da teoria para as margens da diáspora.

Beatriz Nascimento: nação negra e território simbólico da diáspora

Já em Beatriz Nascimento, a noção de *nação negra* e o conceito ampliado de *quilombo* representam uma crítica profunda ao projeto nacional excludente. Nascimento compreende o quilombo como um território político e simbólico, que ultrapassa a materialidade histórica e se torna um espaço de afirmação, memória e reinvenção do coletivo negro. Como afirma a autora, "o quilombo é um território construído pela necessidade de liberdade; um espaço político onde o sujeito negro reconstrói a si mesmo" (Nascimento 2006, 85). Ao reinscrever o quilombo como metáfora da democracia insurgente, Nascimento elabora uma teoria da comunidade que recusa as fronteiras raciais do estado-nação e projeta uma concepção de soberania baseada em vínculos afetivos e políticos de solidariedade. Em Nascimento, o quilombo é reconfigurado como símbolo de refundação democrática, um projeto de liberdade e pertencimento que subverte o universalismo branco e colonial.

Carolina Maria de Jesus: a escrita como ato político e denúncia da falha democrática

Em Carolina Maria de Jesus, a escrita se torna um ato político de alta densidade teórica. Em *Quarto de despejo* (Jesus 1960), sua narrativa transforma o cotidiano da fome e da exclusão em linguagem política, desnudando as contradições de uma democracia que promete igualdade, mas organiza a escassez e o abandono. Ao afirmar que "o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome" (Jesus 1960, 47), Carolina formula uma concepção radical de cidadania a partir da experiência de privação, uma teoria política do cotidiano. Sua obra revela que a exclusão não é um acidente, mas o modo ordinário de funcionamento da democracia racializada. Em Carolina, a política emerge do cotidiano como linguagem de resistência, convertendo a sobrevivência em categoria teórica e a escrita em forma de ação coletiva.

A linguagem política produzida por essas intelectuais e ativistas negras nomeia as ausências e institui outros sentidos para conceitos centrais da política. Ao falar de povo, democracia, liberdade ou justiça, essa gramática desloca os significados cristalizados pela tradição liberal e eurocentrada. É uma gramática que se opõe ao plano teórico, ao mesmo tempo em que atua na esfera pública, nas ruas, nos movimentos sociais, nas produções culturais e, mais recentemente, nas redes digitais.

Nos ambientes digitais, vemos a emergência de intelectuais públicas negras, como Gonzalez já antecipava em sua atuação midiática nos anos 1980, que tensionam os limites da academia e performam a política em tempo real. Essas vozes trazem para o centro do debate demandas historicamente invisibilizadas, mobilizando recursos estéticos, afetivos e comunitários que ampliam o escopo da ação política. A partir dessa presença, a crítica racial se consolida como linguagem insurgente e popular, capaz de desestabilizar os termos do debate público e redefinir a legitimidade do discurso político no Brasil.

Essa nova gramática também reorganiza a forma como se pensa o papel das Ciências So-

ciais. Em vez de observar de fora os conflitos da sociedade, ela convoca a teoria a se reposicionar como parte da disputa, não mais apenas entre paradigmas analíticos, mas entre projetos de país. Quando intelectuais negras propõem conceitos como *amefricanidade* (Gonzalez 1988) ou *nação negra* (Nascimento 2006), estão não apenas criticando a ciência dominante, mas reconstruindo os fundamentos da teoria política a partir de outro lugar de fala e de luta (Ribeiro 2017, 23).

Reconhecer a gramática negra da política brasileira é, portanto, reconhecer sua capacidade fundacional: não como suplemento à teoria tradicional, mas como base legítima e autônoma de formulação de conceitos e de imaginação democrática. A crítica racial se consolida, assim, como um campo teórico e prático que reconfigura a ideia de povo, reinterpreta as categorias de autoritarismo, populismo e fascismo e inscreve a população negra como sujeito político central na história e no futuro da democracia no Brasil.

Conclusão

Nos debates recentes sobre democracia no Brasil, a ideia de identidade e sua representação política tem ocupado uma centralidade incontornável, tanto enquanto promessa de inclusão da população negra quanto como campo de disputa em torno do ideal de soberania popular. No entanto, quando observada pelas lentes da racialidade, essa mesma representação revela seus limites históricos e estruturais. As categorias de fascismo, autoritarismo e populismo, que ascenderam no Brasil com o advento do autoritarismo brasileiro e que são frequentemente mobilizadas para interpretar a crise democrática contemporânea, carregam em si as marcas do silenciamento racial que atravessa a formação política brasileira.

Ao longo deste artigo, argumentou-se que o campo das relações raciais, historicamente marginalizado no interior da Ciência Política, oferece não apenas críticas, mas formulações teóricas próprias, capazes de tensionar e reformular o entendimento dessas categorias. Lidas à luz da experiência negra, fascismo, autoritarismo e populismo deixam de ser conceitos abstratos ou universalizantes e passam a ser compreendidos como formas de governo fundadas na exclusão racial e na negação do conflito como elemento constitutivo da democracia.

Nesse sentido, a ideia de persistência do racismo em democracias, visível tanto nas políticas de extermínio quanto nas reações à presença negra no campo político, emerge como chave explicativa das permanências autoritárias no Brasil. O encarceramento em massa, o genocídio da juventude negra e a criminalização dos modos de vida afro-brasileiros não são fenômenos isolados ou contemporâneos, e sim expressões de longa duração de um projeto de nação racialmente seletivo, que define quem é e quem não é autorizado a "ser povo".

Se o populismo aparece como categoria incompleta ou em disputa na teoria política, o pensamento negro demonstra que essa incompletude tem cor, território e história. A própria definição de quem pode ser "popular" é racializada, e o populismo, quando associado à cultura negra e à mobilização popular racializada, é imediatamente desqualificado, como se houvesse "povo demais", "democracia demais", "negros demais".

Assim, não reconhecer as tensões raciais que conformam essas categorias é insistir em uma Ciência Política que se pretende universal, mas que permanece cega para as bases raciais da democracia brasileira. A leitura proposta neste artigo indica que a gramática negra da política brasileira, forjada a partir das elaborações de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus, oferece uma chave teórica e metodológica potente para reimaginar os fundamentos da democracia, devolvendo-lhe a dimensão de conflito, corporeidade e pertencimento racial.

Por fim, o artigo propõe uma reinterpretação da teoria política brasileira que reconhece a população negra não como objeto, mas como sujeito produtor de teoria e de imaginação democrática ao reinscrever a raça como categoria analítica central. Pesquisas futuras poderão aprofundar o diálogo entre o pensamento político negro brasileiro e outras tradições críticas do Sul glo-

bal, contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria democrática antirracista, capaz de compreender a persistência do racismo e de projetar novos caminhos de igualdade e liberdade política, assim como o faz a produção de intelectuais negros no Brasil.

Referências

Arendt, Hannah. 1972. Civil Disobedience. In *Crises of the Republic: Lying in Politics, Civil Disobedience, On Violence, Thoughts on Politics, and Revolution*. Harcourt Brace Jovanovich. https://tinyurl.com/ycxn29hm.

Avritzer, Leonardo. 2007. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados* 50 (3): 443–464. https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300001.

Batista, José Carlos. 2016. As políticas de igualdade racial nos Estados Unidos e no Brasil: constituição, diferenças e similaridades. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais. https://tinyurl.com/y89jf6hj

Campos, Luiz Augusto e Carlos Machado. 2022. *Raça e eleições no Brasil.* Zouk.

Canovan, Margaret. 2005. *The people.* Polity Press.

Domingues, Petrônio. 2007. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* 12 (23): 100–122. https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007.

Domingues, Petrônio. 2018. *Estilo avatar: o populismo no meio afro-brasileiro.* Alameda.

Finchelstein, Federico. 2017. *From fascism to populism in history.* University of California Press.

Gilroy, Paul. 2001. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* Editora 34.

Gonzalez, Lélia. 1988. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro* 92–93: 69–82.

Guimarães, Antônio Sérgio A. 1999. *Racismo e antirracismo no Brasil.* Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.

Guimarães, Antônio Sérgio A. 2021. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930–1970).* Editora 34.

Hall, Stuart. 1992. Learning from Thatcherism. In *The question of cultural identity,* organizado por Stuart Hall, David Held e Anthony McGrew. Polity Press.

Jesus, Carolina Maria de. 1960. *Quarto de despejo: diário de uma favelada.* Ática.

Laclau, Ernesto. 2013. *A razão populista.* Três Estrelas.

Mouffe, Chantal. 2019. *Por um populismo de esquerda.* Autonomia Literária.

Moura, Clóvis. 1977. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* Conquista.

Moura, Clóvis. 1988. *Sociologia do negro brasileiro.* Ática.

Moura, Clóvis. 2010. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.* 6 ed. Expressão Popular.

Movimento Negro Unificado (MNU). n.d. "Programa de ação do MNU: Aprovado no IX Congresso Nacional." *Geledés – Instituto da Mulher Negra*. Acessado 26 jan. de 2026. https://tinyurl.com/ycxn29hm

Nascimento, Abdias. 2016. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.* Perspectiva.

Nascimento, Beatriz. 2006. *Beatriz Nascimento: textos, entrevistas, roteiros,* organizado por Alex Ratts. Instituto Kuanza.

Ribeiro, Djamila. 2017. O que é lugar de fala. Coleção Feminismos Plurais. Letramento.

Rosanvallon, Pierre. 2020. *El siglo del populismo: historia, teoría, crítica.* Manantial.

Schwarcz, Lilia M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930).* Companhia das Letras.

Urbinati, Nadia. 2006. O que torna a representação democrática? *Lua Nova* 68: 191–228. https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200007.

Vianna, Oliveira. 1959. *Raça e assimilação.* 4. ed. José Olympio.

Carla Beatriz Rosário dos Santos

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil. Doutoranda em Ciência Política pela mesma instituição. Visiting scholar no Afro-Latin American Research Institute, Hutchins Center, da Harvard University, em Cambridge, Massachusetts (MA), Estados Unidos, entre 2024-2025.

Endereço para correspondência

Rua Álvaro de Carvalho, 429, ap. 1001

Consolação, 01050-070

São Paulo, SP, Brasil

Disponibilidade de dados

Não se aplica

Conflito de interesses

Nada a declarar.

Editoras da revista

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Teresa Cristina Schneider Marque

Como citar este artigo

Santos, C. B. R. dos. espectros do povo : raça e a gramática negra da política brasileira. Civitas: Revista De Ciências Sociais. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2026.1.47837

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.